

**Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças na Comissão de Orçamento e
Finanças
27de abril de 2021**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Quando aqui estivemos na última audição, afirmámos que, neste contexto especialmente grave de pandemia, com fortíssimos impactos económicos e sociais, o Governo não faltaria com o apoio necessário às famílias e às empresas.

Assim sucedeu em 2020, como nessa ocasião demonstrámos, assim continuou a acontecer nos primeiros três meses de 2021.

Encontramos a melhor expressão do cumprimento desse compromisso com os portugueses, nos números revelados esta semana pela Direção Geral do Orçamento.

Nos primeiros três meses do ano, a despesa do país com as medidas extraordinárias de apoio na área da Segurança Social atingiu os 804 milhões de euros, superando o orçamentado para todo ano de 2021 e alcançando 42% de toda a despesa em 2020.

A despesa com o Layoff simplificado – que garante agora 100% dos salários dos trabalhadores -, em conjunto com a despesa com o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade ultrapassou os 502 milhões de euros.

O apoio excecional à família, especialmente utilizado pelas famílias no período mais difícil de confinamento atingiu os 33,8 milhões de euros.

O subsídio por doença Covid19 e o isolamento profilático, alcançou os 100 milhões de euros, um valor equivalente ao 2020 inteiro.

No total, os apoios extraordinários ao rendimento dos trabalhadores, incluindo os trabalhadores independentes, já envolveram, só nestes primeiros três meses do ano, ascenderam a mais de 155 milhões de euros.

Prova da efetividade destes apoios é a evolução da taxa de desemprego. A taxa de desemprego aumentou apenas 0,3 pontos percentuais no ano da maior crise económica desde a Segunda Guerra Mundial. Um reflexo claro e inequívoco da eficácia dos apoios às empresas e ao emprego. Em 2012 subiu perto de 3 p.p. (de 12,7% para 15,5%, enquanto o PIB caiu 4%).

Ainda assim, como disse no passado, os apoios às famílias, aos trabalhadores e às empresas vão continuar, custe o que custar, enquanto a atividade económica estiver condicionada pela pandemia.

Destaquem-se também as medidas de apoio ao tecido empresarial português.

De acordo com os dados de que dispomos, só no primeiro trimestre, os apoios efetivos às empresas, através do programa APOIAR, atingiram os 532 milhões de euros.

Isto significa que em apenas 3 meses deste ano, o apoio às empresas, através deste programa, já mais que triplicou face ao ano completo de 2020.

Se juntarmos os apoios às empresas, através do programa Apoiar, aos apoios aos custos de trabalho que já referi, então temos uma despesa a favor das empresas que alcança, em três meses, os 1182 milhões de euros. Estes apoios representam 84% do valor executado em 2020.

Estas medidas de apoio foram fundamentais para a resiliência das empresas e para satisfazer as suas necessidades de liquidez. A queda muito mais atenuada do investimento em 2020 face a crises anteriores é sinal disso (-2% em 2020 e -17% em 2012).

Também demonstrámos, nos últimos anos e mais ainda no contexto da pandemia, a prioridade ao reforço do Serviço Nacional de Saúde.

Depois do significativo aumento da despesa em 2020, os primeiros três meses deste ano mantiveram a tendência de aposta nos meios ao dispor do SNS.

A despesa total do Serviço Nacional de Saúde cresceu 5,9% no primeiro trimestre do ano, mais de 160 milhões de euros face a 2020 (atingindo um total de 2 884 milhões de euros).

Destacam-se as despesas com pessoal no SNS, que tiveram um crescimento fortíssimo de 10,4% no mesmo período (mais 119,6 milhões de euros). Hoje temos mais 10 829 trabalhadores no SNS do que em 2020. Repito mais 10 829 médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhoras deputados

Apesar das dificuldades e da especial exigência do tempo ímpar que se enfrenta em todo o mundo, estamos, portanto, a cumprir, respondendo, sem hesitações e robustamente, às consequências da pandemia com apoios concretos às pessoas, às famílias, às empresas, e com reforço dos meios à disposição do nosso Serviço Nacional de Saúde.

E quero ser muito claro.

Foi, é e será possível assim continuar, ao contrário de crises anteriores.

Isto porque no final de 2015 iniciámos um caminho que nos permitiu chegar à atual crise com finanças públicas equilibradas, serviços públicos reforçados e instrumentos abrangentes de coesão social. Foi este caminho que granjeou um valioso capital de confiança e credibilidade que nos protege e de que não abdicaremos.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os portugueses sabem que haverá um país depois da pandemia e que as decisões urgentes de hoje, não podem ignorar que há um amanhã repleto de desafios aos quais importa também responder.

Um país que será, naturalmente, também feito de escolhas.

Hoje, mais do que nunca, e quando presidimos ao Conselho da União Europeia, sabemos que uma das primeiras escolhas, incontornável e determinante para o nosso destino coletivo, é esta escolha que queremos estar de corpo inteiro na Europa, assumindo os inerentes compromissos e responsabilidades.

Ao contrário da desconfiança de muitos, é a solidariedade europeia que vai permitir a todos os países ter acesso a um conjunto de apoios financeiros sem precedentes, e assim recuperar e relançar as economias para um novo ciclo de desenvolvimento, restabelecendo o espaço europeu, no quadro internacional, como uma referência de progresso social e económico.

Demonstrando o total compromisso de Portugal em fazer avançar a Europa, estando na linha da frente, foi possível entregar, em primeiro lugar, depois de uma rigorosa e exigente negociação com as instituições europeias, e de um abrangente debate público, o Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Este plano marca, transversalmente e estruturalmente, as políticas públicas do nosso país para os próximos muitos anos.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Este relevante passo significa que estamos mais próximos de garantir um dos eixos indispensáveis na definição do quadro orçamental.

Em conjunto com os investimentos estruturantes já lançados e financiados por outras fontes, os investimentos públicos previstos no PRR serão um elemento essencial para

que a economia portuguesa apresente, já a partir de 2022, um nível de investimento em percentagem do PIB em linha com o verificado no período pré-crise financeira de 2008.

Para o período entre 2021 e 2026, estão previstos cerca de 5 mil milhões de euros em apoios diretos às empresas, nomeadamente para a capitalização das PME, para o esforço de descarbonização, para investimento em digitalização, para apoio à bioeconomia sustentável e para a promoção da inovação e investigação do tecido empresarial. Estão ainda previstos cerca de 2 700 milhões de euros em apoios indiretos, em áreas como a digitalização da administração pública, a gestão hídrica e a eficiência energética de edifícios.

Prevemos ainda que, através do instrumento europeu do InvestEU, seja colocado a disposição do tecido empresarial português cerca de 9 mil milhões de euros em mecanismos de capitalização, alavancados com a participação do Banco Português de Fomento.

Na área social estão previstas medidas de apoio associadas ao estímulo ao emprego e às condições dignas de trabalho no montante total de mais de 600 milhões de euros.

Entre elas, destacam-se as operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, com cerca de 250 milhões de euros, onde se prevê a aposta na formação profissional e nas políticas de promoção de empregabilidade ajustadas às realidades e dinâmicas locais, assim como o aumento da qualificação de adultos e na certificação das suas competências, bem como no completar de percursos de qualificação de jovens ativos.

Mas sabemos que estar na União Europeia significa não só aceder a todas as vantagens de um espaço social e económico comum, mas também não deixar de corresponder aos compromissos decorrentes das responsabilidades partilhadas, com seriedade e sem abdicar de uma exigência crítica quando necessário.

Por isso, entregámos no passado dia 15 como é devido, o Programa de Estabilidade de Portugal, elaborado de acordo com o quadro de compromissos assumidos com todos os países, que teremos a oportunidade de apreciar numa fase seguinte desta audição.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Finalmente, gostaria também de dar nota, que na passada semana, na sequência de comunicação da Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia, foi possível dar por concluído o Plano de Reestruturação da Caixa Geral de Depósitos, acordado em 2017, no seguimento da recapitalização pelo Estado.

A este propósito, gostaria de publicamente, em nome do Governo, demonstrar o apreço e reconhecimento a todos os profissionais da Caixa Geral de Depósitos e à sua Administração.

Esta é uma boa notícia para Portugal e para os portugueses. É um passo relevante para a estabilização do sistema financeiro. As famílias e as empresas podem assim continuar a confiar e a contar com um banco público, que dispõe de condições de sustentabilidade necessárias ao cumprimento da sua missão de financiamento da economia nacional.

Este exemplo bem sucedido na Caixa Geral de Depósitos, constitui assim uma peça incontornável de credibilização do Estado português junto das instâncias europeias que devemos valorizar, e a demonstração para todos de que é possível contornar as mais exigentes dificuldades, com rigor e estrito respeito pelo interesse público.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A credibilidade do Estado português permite-me hoje informar o Parlamento que Portugal neste momento já financiou 60% das suas necessidades anuais com taxas historicamente baixas. Esta é a primeira vez na nossa história que emitimos dívida a 10 anos com juros negativos.

Este resultado mostra bem a importância de prosseguir um caminho de contas certas, que reforcem a credibilidade externa do país, e assegurem um crescimento robusto e sustentável da economia portuguesa.

Antes de terminar permitam-me referir o extraordinário esforço dos trabalhadores, em especial dos profissionais de saúde, das empresas e dos portugueses, que no momento mais difícil desta adversidade, demonstraram sentido de solidariedade, persistência, profissionalismo e responsabilidade cívica que julgo nos pode orgulhar a todos.

Muito obrigado.